

ECONOMIA-BRASIL

ALCIDES AMARAL

## Uma avaliação do risco político



**Por mais que os partidos de oposição ajustem suas posições, a desconfiança permanece**

As últimas semanas foram caracterizadas por pressão na taxa de câmbio, alguma fuga de capitais e deterioração do risco Brasil. O "efeito Lula" assusta os mercados, o PT reage com uma *Carta ao Povo Brasileiro* defendendo os pilares básicos da atual política econômica, mas a volatilidade continua. O que estaria, de fato, acontecendo com o nosso país?

Na qualidade de presidente do Citibank no Brasil enfrentamos a crise de fins de 1998 e início de 1999 em condição igualmente adversa. Quando situações como essa acontecem, a reação lógica da casa matriz das grandes corporações internacionais é que os riscos sejam reduzidos para minimizar os prejuízos, se e quando vierem. Naquela oportunidade, a pressão era grande para se reduzir a exposição em títulos públicos e linhas para financiamento do comércio exterior, pois se temia que o pior poderia acontecer. Sabedores, entretanto, de que teríamos apenas um "risco econômico" pela frente – livre flutuação da taxa de câmbio –, tomamos medidas adequadas para proteger o capital do banco e defendemos com firmeza a manutenção das demais posições. Conhecíamos as pessoas que dirigiam a nossa economia – o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga –, o que nos assegurava que não haveria nenhuma ruptura de contratos. Calotes interno, externo ou reestruturação

forçada da dívida não eram alternativas sequer mencionadas. O "risco político", pois, inexistia, tínhamos apenas um "risco econômico" e sabíamos como enfrentá-lo.

Se estivéssemos hoje sentados naquela mesma cadeira, nossa postura seria, certamente, bem diferente. É bom, inicialmente, enfatizar que os prejuízos que a comunidade financeira internacional – incluem-se aí bancos e investidores – teve com a Argentina foram gigantescos. Esse fato, por si só, faz o conservadorismo aumentar e, em situações de estresse, o nível de preocupação aumenta significativamente. E o Brasil, pelas incertezas políticas com relação ao novo governo, passou teoricamente a oferecer riscos não-mensuráveis, especialmente quando os candidatos da oposição falavam em "ruptura" e reestruturação negociada da dívida interna. Diante desse quadro, o que se viu foi a reação natural dos investidores de reduzirem suas posições no País, à espera de melhores definições do processo eleitoral. Depois dos prejuízos absorvidos na Argentina, não há espaço para mais "surpresas", sejam elas teóricas ou verdadeiras. E não há executivo que atue no nosso mercado que possa defender com convicção, a exemplo do que fizemos na crise de 1998-1999, a tese de que o "risco político" inexistite. Por menor que seja e por mais que os partidos de oposição – e especialmente o PT – ajustem suas posições, a desconfiança permanece, pois foram meses e anos de

críticas duras ao modelo econômico hoje vigente.

Não bastasse, a aversão a risco que existe no mercado internacional, oriunda dos problemas contábeis de algumas importantes empresas norte-americanas, faz o quadro ser, pura e simplesmente, de retração. Os investidores estão assustados e o conservadorismo se torna obrigatório. Nessas ocasiões, entretanto, os especuladores aproveitam-se das circunstâncias para arbitrar os mercados e ganhar dinheiro. Estarão sempre prontos em busca de oportunidades, do lucro fácil, mesmo que atuando contra os interesses do País.

Diante dessa realidade, acreditamos que o Banco Central possa vencer algumas batalhas contra os especuladores, pois possui reservas internacionais para atuar e impedir que o pânico tome conta dos mercados. Quanto aos investidores, entretanto, a situação é bem diferente.



Conforme já evidenciado, muita gente e muitas organizações que possuíam investimentos legítimos na Argentina perderam dinheiro. Embora o Brasil não seja a Argentina e todos acreditem que, no médio e no longo prazos, seremos um importante mercado que não pode ser desprezado, a atitude de cautela prevalecerá enquanto o "risco político" pairar no ar. As dívidas interna e externa preocupam pela sua magnitude, mas nada impede que elas possam ser devidamente administradas em situação de normalidade. Com o que o todo-poderoso Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve (o banco central dos EUA), também concorda, na medida em que afirma que o "problema do País é 100% político", conforme registrado pela jornalista Sonia Racy neste jornal.

Portanto, para que volte-mos à normalidade e o "risco País" volte aos cerca de 700 pontos de 90 dias atrás, é necessário, a nosso ver, que uma destas duas alternativas se verifique: ou o PT consegue convencer o mercado de que o discurso atual é o que vale e não teremos surpresas com um eventual governo Lula – o que não será tarefa fácil, na medida em que o candidato afirma: "Vamos honrar os contratos, mas à nossa moda, e não à moda deles" – ou o candidato José Serra demonstra, nas próximas pesquisas, que tem real possibilidade de vencer as eleições no segundo turno. Em caso de dúvida, o investidor, aquele que possui interesses legítimos e financia o País, permanecerá retraído e a volta à normalidade continuará sendo postergada.

■ Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S/A, é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada*. E-mail: alcides.amaral@uol.com.br